



## DECRETO Nº 371, DE 07 DE MARÇO DE 2025

Declara Situação de Emergência nas áreas rural e urbana do município de Capanema/PA afetado por tempestade local/convectiva – chuvas intensas (COBRADE – 13214), Nível II, conforme portaria MDR nº 3.646, de 20 de dezembro de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPANEMA, Estado do Pará, Sr. CLAUDIONOR MOREIRA DA COSTA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas correlatas e pelo inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, conforme portaria nº 3.646, de 20 de dezembro de 2022 e Portaria nº 260, de 2 de fevereiro de 2022– Ministério do Desenvolvimento Regional/MDR, e

CONSIDERANDO que as intensas chuvas prejudicam o município e que nos últimos dias tem se agravado, foram registradas chuvas anormais na região nordeste do estado, na zona urbana e rural do município, trazendo danos irreparáveis aos moradores dessas áreas, afetando principalmente a zona rural que é interligada por pontes ao longo das estradas vicinais que é extensa;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Assistência Social em parceria com a Coordenadora Municipal de Defesa Civil – COMDEC fez o levantamento das famílias afetadas, identificando um número considerável de pessoas atingidas diretamente pelo desastre, assim como desabrigados e desalojados;

CONSIDERANDO que as demais secretarias ainda estão concluindo relatórios situacionais de impactos, em especial a Secretarias de Meio Ambiente, Saúde e Educação, podendo ser majorados os danos aqui listados;

CONSIDERANDO que as fortes chuvas provocaram alagamentos nos bairros, submergindo poços de coleta de água de boca aberta e fossas sépticas provocando contaminação ambiental do solo e da água conforme relatório da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura registrou os seguintes danos materiais como: trechos de estradas vicinais e de ramais comprometidos com cerca de 30 (trinta) pontos intrafegáveis bueiros e passagens de água afetadas, pontos de aterros solapados;

CONSIDERANDO que nesta época, por conta das intensas chuvas há aumento abrupto das demandas, e impõe à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura recompor os trechos mais críticos das estradas vicinais para emprestar trafegabilidade aos municípios, conforme detalhamento no FIDE (Formulário de informações sobre Desastre), prejudicando o escoamento da produção agrícola e de pecuária que é comercializada na sede e municípios circunvizinhos;

CONSIDERANDO que o elevado custo para a recuperação dos equipamentos de tráfego e demais danos não são suportáveis pelos recursos financeiros específicos em ações de defesa civil e que se faz necessário em caráter de urgência apoio financeiro dos Governos Federal e/ou Estadual para ações de respostas e restabelecimento, bem como a realização de obras estruturais para evitar danos mais graves, visando a segurança global da população;

CMC/JON/LRCR



CONSIDERANDO o Parecer Municipal da Coordenadoria de Defesa Civil – COMDEC, responsável pelas ações de defesa civil do Município, relatando a ocorrência deste desastre e que é favorável à declaração de SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, classificando o desastre como de Nível II, de Média Intensidade;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica declarada SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA na área rural e urbana do Município, contida no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Tempestade Local/Convectiva – Chuvas Intensas (COBRADE – 13214), conforme portaria nº 3.646, de 20 de dezembro de 2022 e Portaria Nº 260, de 2 de fevereiro de 2022 – Ministério do Desenvolvimento Regional/MDR.

**Art. 2º** Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, ao qual ficará responsável o Secretário Municipal do Meio Ambiente em conjunto com o Prefeito Municipal. Podendo ser deslocados funcionários públicos e voluntários para forças tarefas em atendimento ao desastre, objeto da calamidade pública.

**Art. 3º** Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais, para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e na reabilitação do cenário e reconstrução.

**Art. 4º** Autoriza-se a convocação de voluntários para a reforçar as ações de resposta ao desastre e para a realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações da assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC.

**Art. 5º** De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de proteção e defesa civil diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – adentrar em residências para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

**Parágrafo único:** Será responsabilizado o agente de proteção e defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

**Art. 6º** De acordo com o estabelecido no art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco de desastre.

**§1º** No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

**§2º** Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

CMC/JON/LRCR



**Art. 7º** Com base no inciso VIII do art. 75 da Lei 14.133, de 1 de abril de 2021, fica dispensada a licitação para aquisição de bens e serviços quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários, bem como, para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data da publicação deste Decreto, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa já contratada com base no citado dispositivo legal.

**Art. 8º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo viger por um prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

**Art. 9º** Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

**DÉ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema, 07 de março de 2025

**CLAUDIONOR MOREIRA DA COSTA**

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Em, 07/03/2025

**JOSÉ OLÍMPIO NETO**

Secretário Municipal de Administração  
Decreto nº 003/25

CMC/JON/LRCR

Secretaria Municipal de Administração

E-mail: [secad@capanema.pa.gov.br](mailto:secad@capanema.pa.gov.br)

Av. Barão de Capanema, S/N – Areia Branca, Capanema - PA, 68702-290

@prefeituracapanema

PrefeituradeCapanema

capanema.pa.gov.br



## RELATÓRIO SOCIAL DOS AFETADOS PELAS CHUVAS INTENSAS 2025

### ATUALIZAÇÃO DO QUADRO DOS AFETADOS NO MUNICÍPIO

**21 DE MARÇO DE 2025**

#### I. Identificação

Declaração de situação de emergência conforme solicitado pelo Levantamento de Risco n° 001/2025.

#### II. Descrição da Demanda

A cidade de Capanema do Pará continua enfrentando uma grave crise devido às fortes chuvas na região, que resultam em alagamentos recorrentes e perdas significativas para os residentes locais. Esta atualização do quadro dos afetados reforça a urgência de uma resposta imediata para mitigar os impactos adversos e oferecer suporte às comunidades afetadas.

Os eventos climáticos extremos representam uma ameaça constante à segurança e ao bem-estar dos residentes de Capanema, exigindo medidas urgentes e efetivas para garantir sua proteção e recuperação. É essencial reconhecer que cada localidade dentro do município possui características geográficas específicas, que devem ser consideradas no desenvolvimento de estratégias de resposta e recuperação. Além disso, é fundamental compreender o impacto diferenciado nas áreas urbanas e rurais, a fim de implementar soluções eficazes.

#### III. Contextualização

A situação atual do município continua crítica, trazendo desafios significativos que impactam diretamente o cotidiano das famílias. Elas enfrentam dificuldades extremas para acessar serviços essenciais, como saúde e segurança, além de obstáculos para manter suas fontes de sustento devido aos alagamentos causados pelas chuvas intensas.

Os alagamentos têm danificado tubulações, bueiros e causado atoleiros e erosões nas principais vias de acesso às comunidades. Além disso, provocaram danos e prejuízos generalizados tanto no setor público quanto no privado. Diante desse cenário, o município, em estado de alerta, reitera a necessidade de auxílio imediato para seus residentes.

Com base na Constituição de 1988 e no Estado Democrático de Direito, os direitos universais, definidos no artigo 6º e em outros dispositivos, garantem o acesso a bens sociais essenciais para uma vida digna, como educação, saúde, moradia, alimentação, assistência social e segurança. Esses direitos são implementados por meio de políticas sociais, incluindo planos, programas e projetos.

A Política Nacional de Habitação (2004) enfatiza o direito à moradia digna como um direito humano, tanto individual quanto coletivo, conforme estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Brasileira de 1988. Destaca-se a importância de priorizar o direito à moradia na elaboração de planos, programas e ações, colocando os direitos humanos no centro das preocupações urbanas.

#### **ATUALIZAÇÃO DO QUADRO DOS AFETADOS – 21 DE MARÇO DE 2025**

Este documento é uma atualização formal do quadro anterior, reafirmando que a situação permanece inalterada e extremamente preocupante. **Estima-se que cerca de 3.000 pessoas encontram-se isoladas na zona rural, sem acesso a serviços básicos e assistência imediata.** Além disso, aproximadamente **9.550 pessoas foram atingidas, das quais 1.600 residem em áreas de risco próximas a corpos d'água.** Houve registro de **20 pessoas desabrigadas e 680 desalojadas, com a maioria dos afetados residindo nas proximidades do centro urbano.**

De acordo com os relatos, as famílias desabrigadas buscaram refúgio em locais públicos durante as inundações, aguardando algumas horas até que as águas baixassem o suficiente para retornarem às suas residências. Muitos optaram por não se mudarem para casas de parentes em áreas mais seguras, preferindo permanecer próximos de suas comunidades e lares.

É importante ressaltar que as pessoas continuam adoecendo e enfrentando dificuldades para buscar atendimento de saúde, privadas do essencial em termos de prevenção de doenças, como malária e dengue, que são comuns nesse período, além de outras enfermidades decorrentes da utilização inadequada da água.



A situação enfrentada pelo município permanece alarmante e insustentável, demandando ação imediata e efetiva dos órgãos públicos competentes. Ocorreram vários incidentes, incluindo erosões, desabamento de pontes e alagamentos em diversos trechos, dificultando a mobilidade. Houve contaminação de poços e invasão de fossas sépticas pelas águas, agravando ainda mais a situação.

### CONCLUSÃO E APELO URGENTE

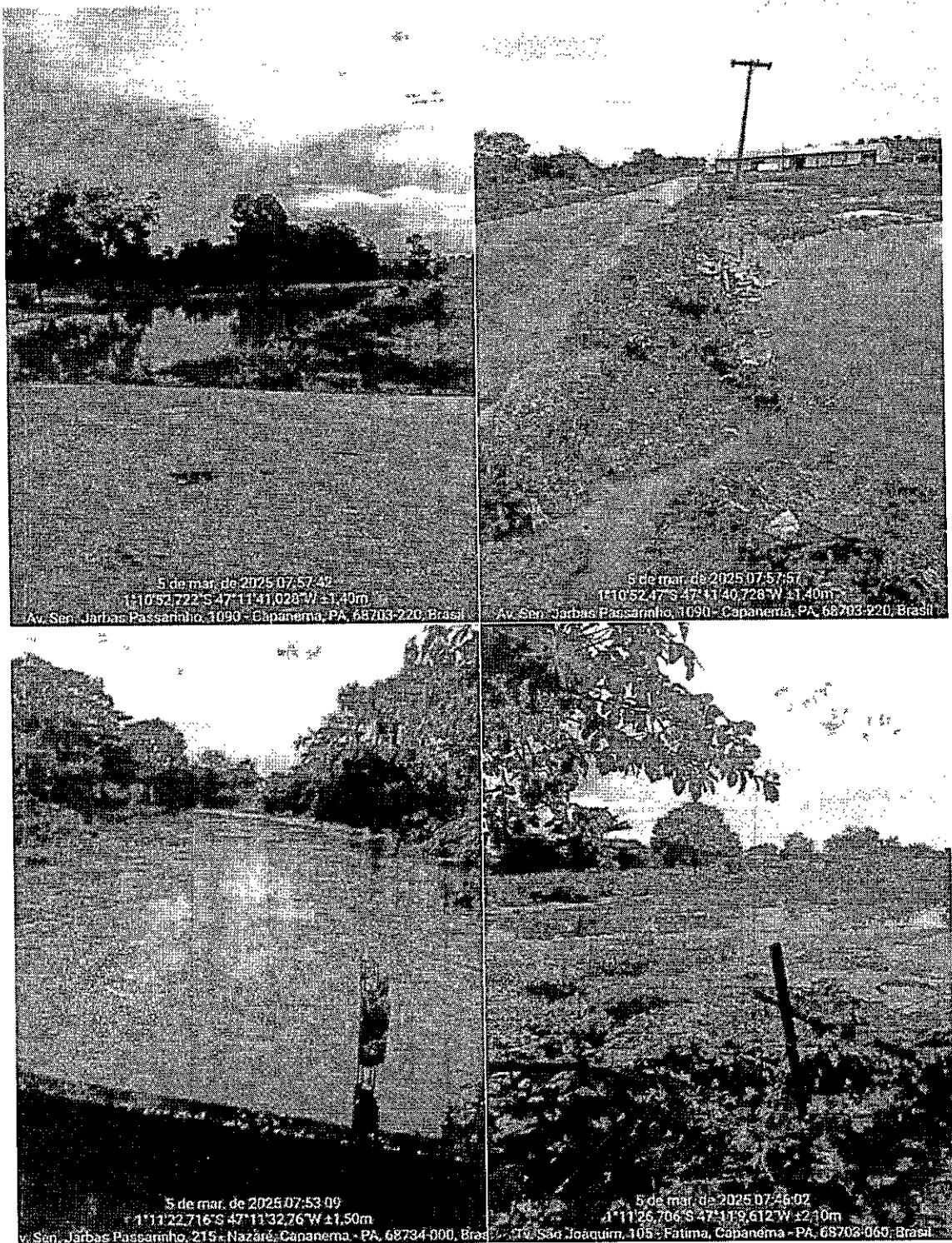
Este documento é uma atualização formal e enfática do quadro anterior, reafirmando a necessidade premente de assistência complementar por parte do Governo Federal e Estadual. O município de Capanema não tem condições de enfrentar essa crise sozinho e requer, de forma urgente, a concessão de recursos financeiros, direitos ou benefícios destinados às famílias afetadas por este desastre.

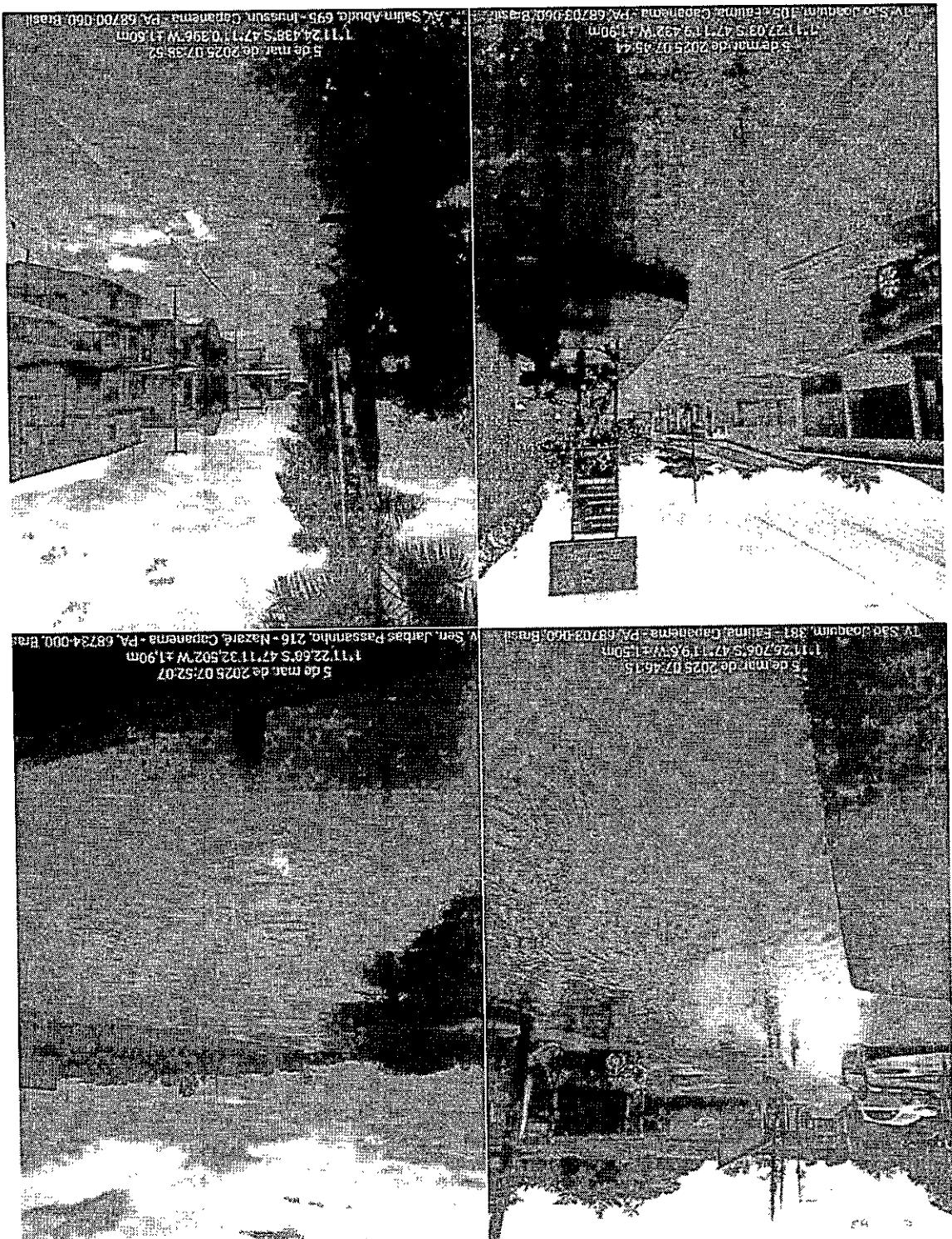
A ajuda dos entes federados é imprescindível para garantir a proteção, recuperação e dignidade das famílias atingidas, tanto na zona urbana quanto nas zonas rurais e comunidades. O tempo é crucial, e qualquer demora na resposta pode agravar ainda mais o sofrimento da população.

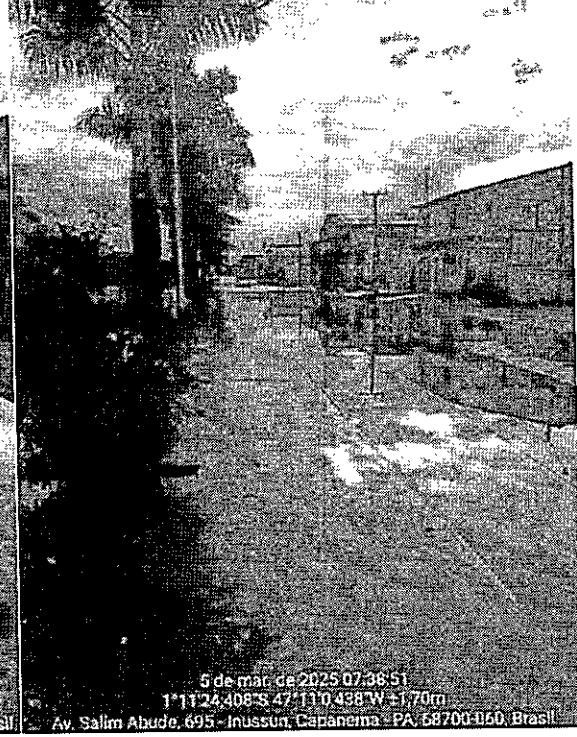
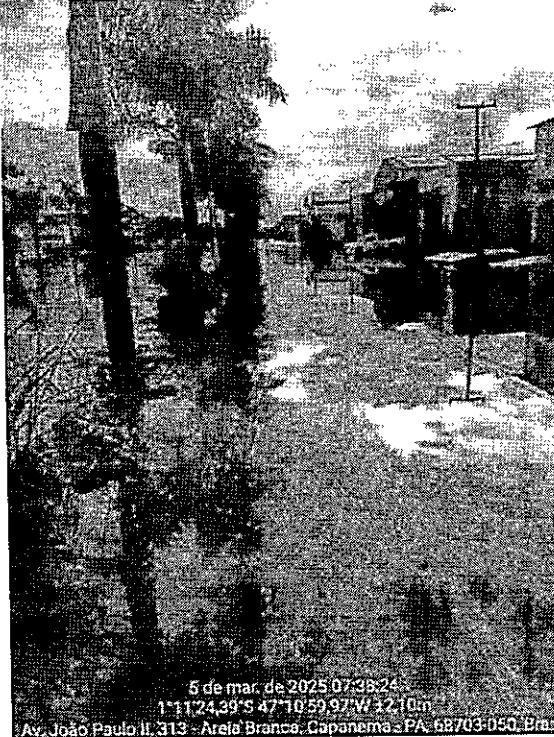
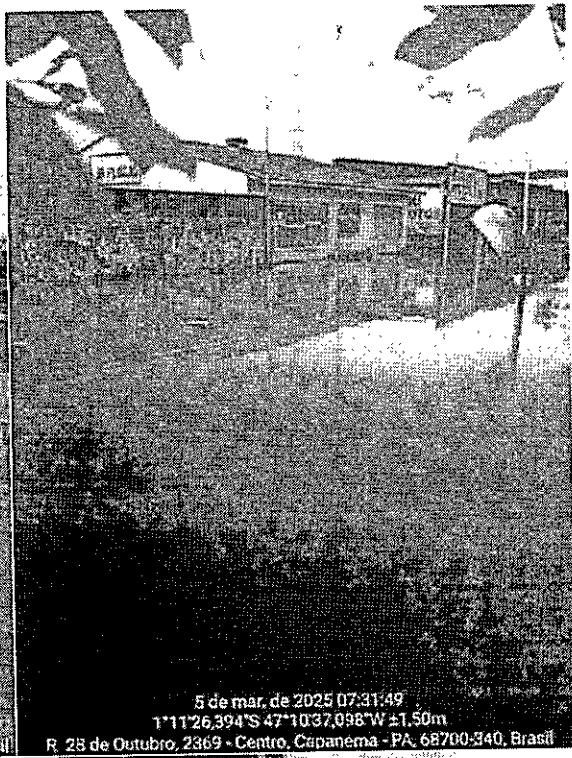
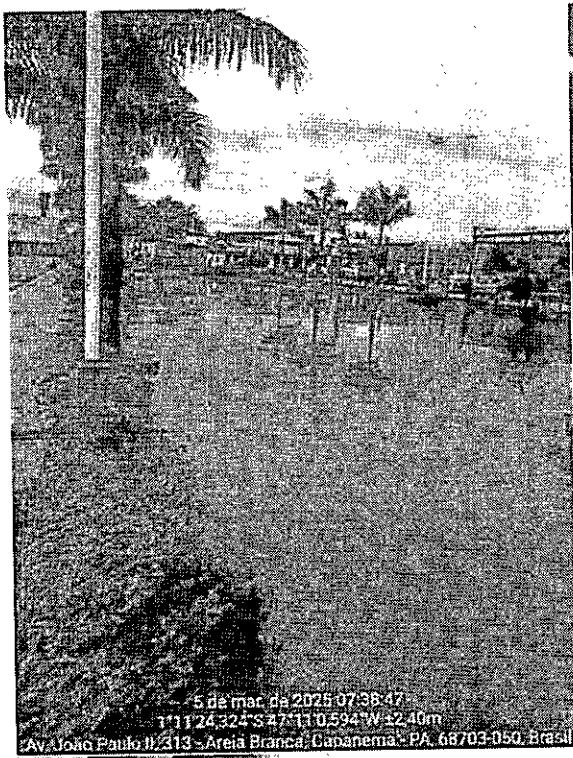
Capanema, Pará, 21 de março de 2025.

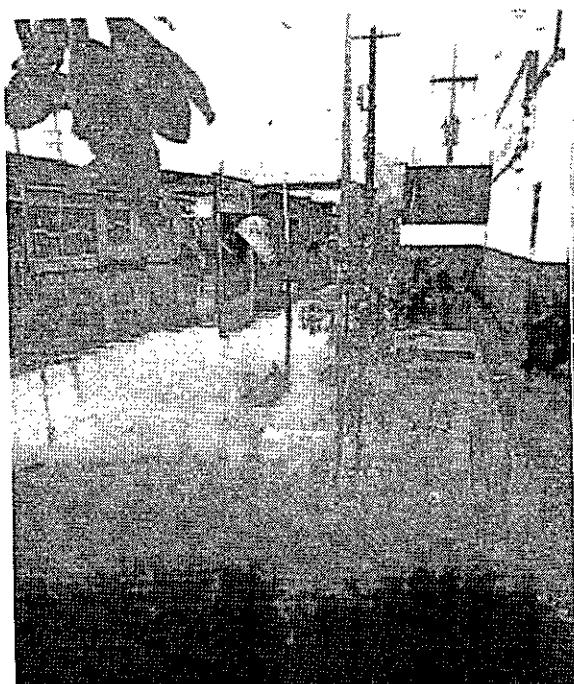
Eloáira

Secretaria Municipal de Assistência Social

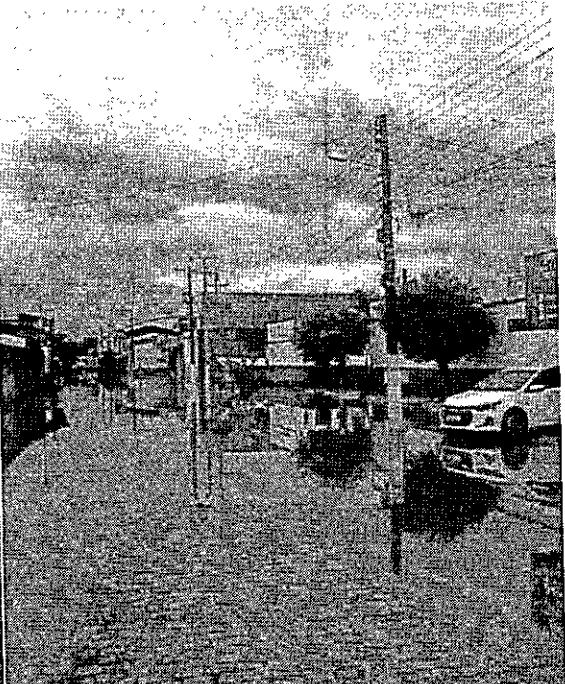




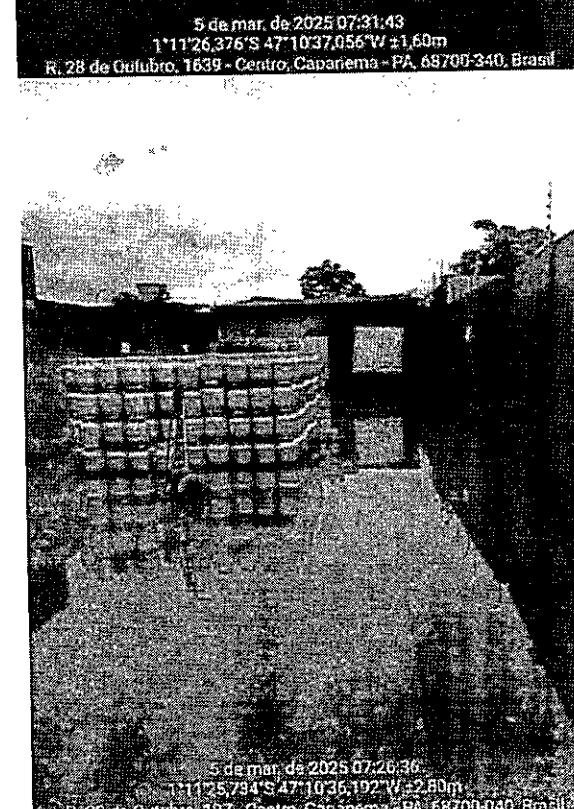




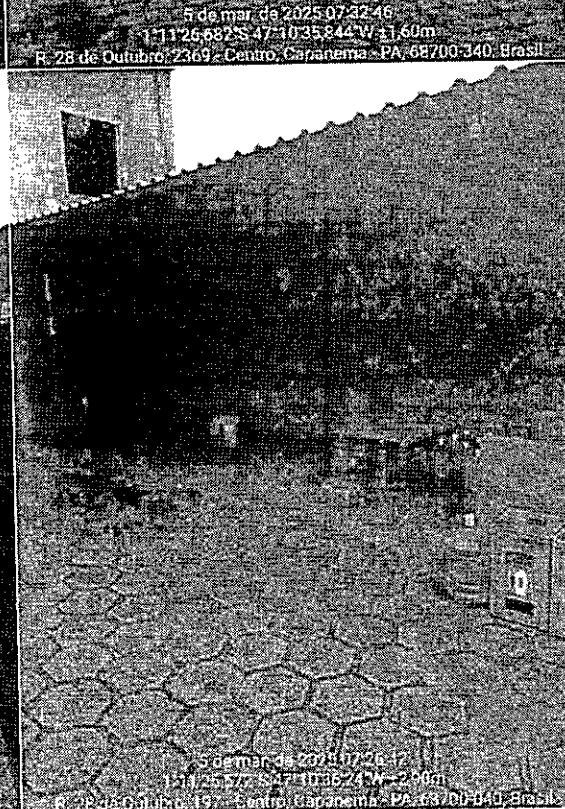
5 de mar. de 2025 07:31:43  
1°11'26,376"S 47°10'37,056"W ±1,60m  
R. 28 de Outubro, 1639 - Centro, Capanema - PA, 68700-340, Brasil



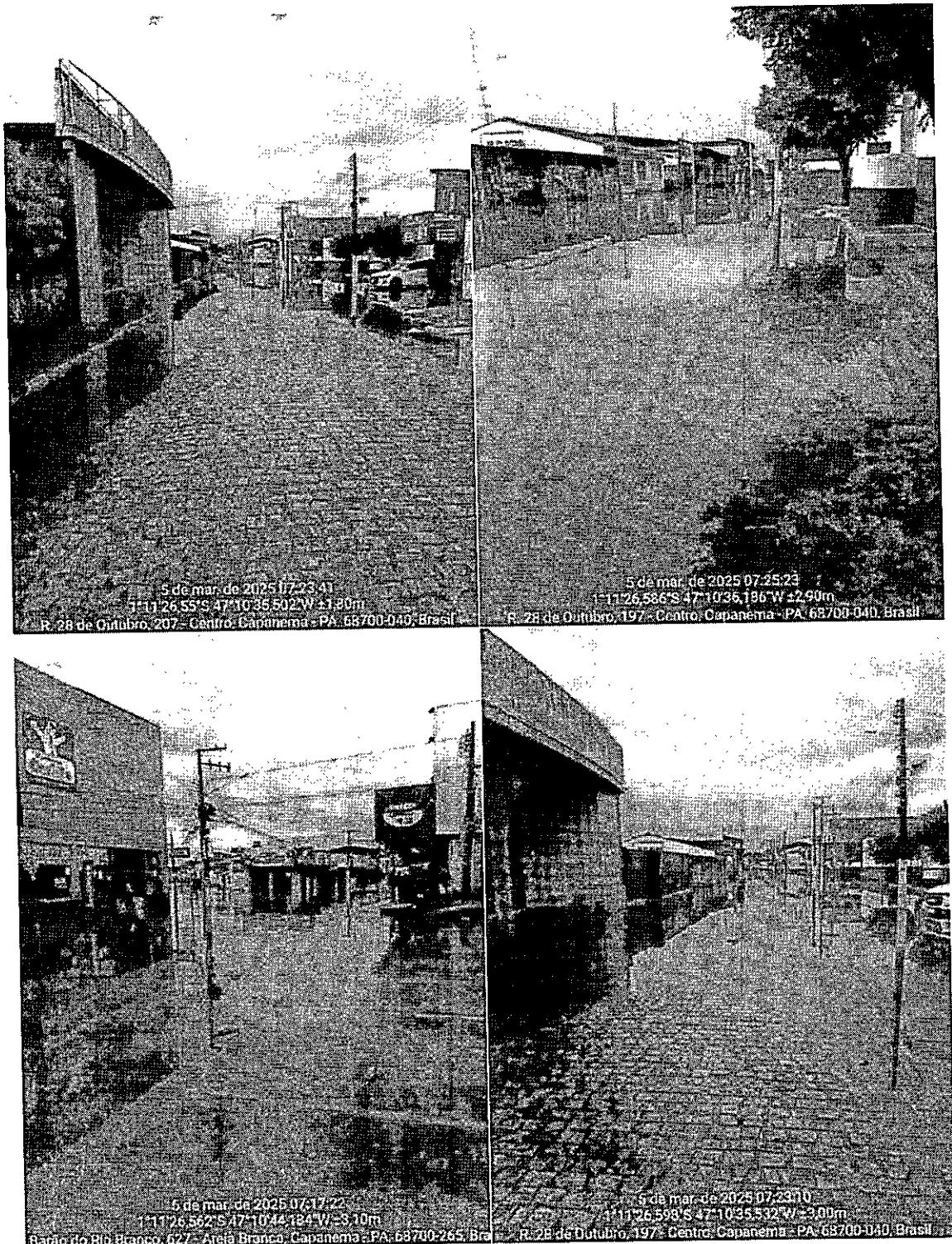
5 de mar. de 2025 07:32:46  
1°11'26,632"S 47°10'35,244"W ±1,60m  
R. 28 de Outubro, 2369 - Centro, Capanema - PA, 68700-340, Brasil

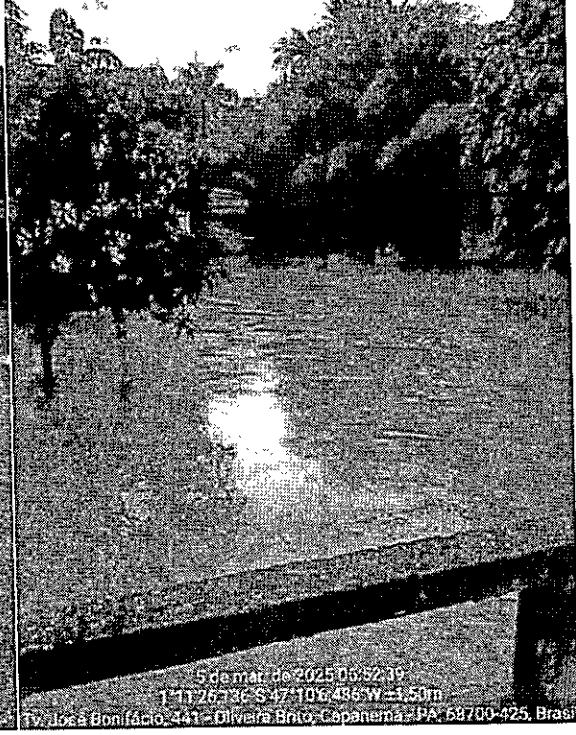
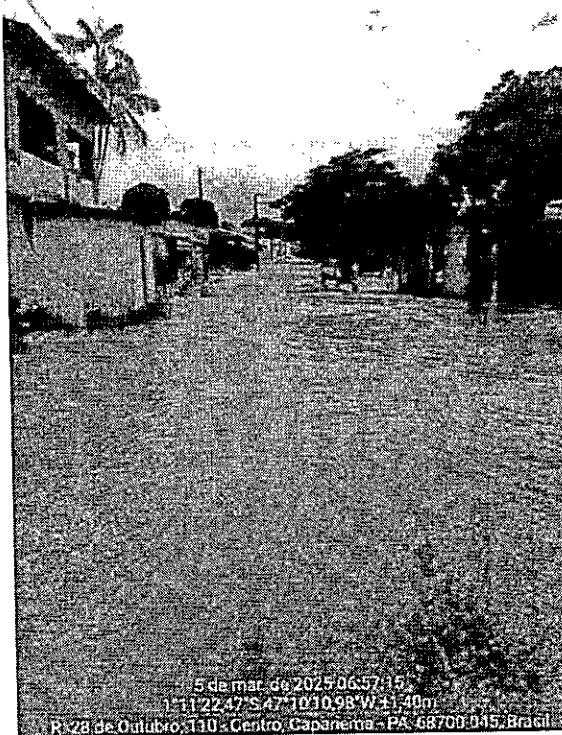
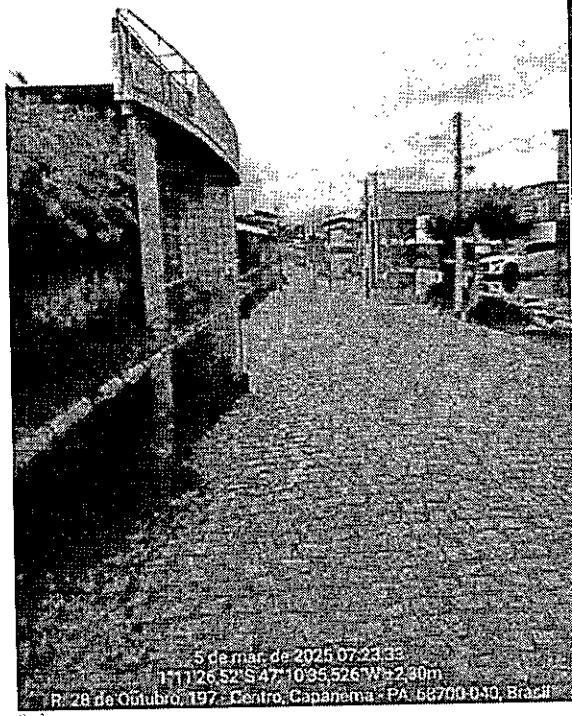


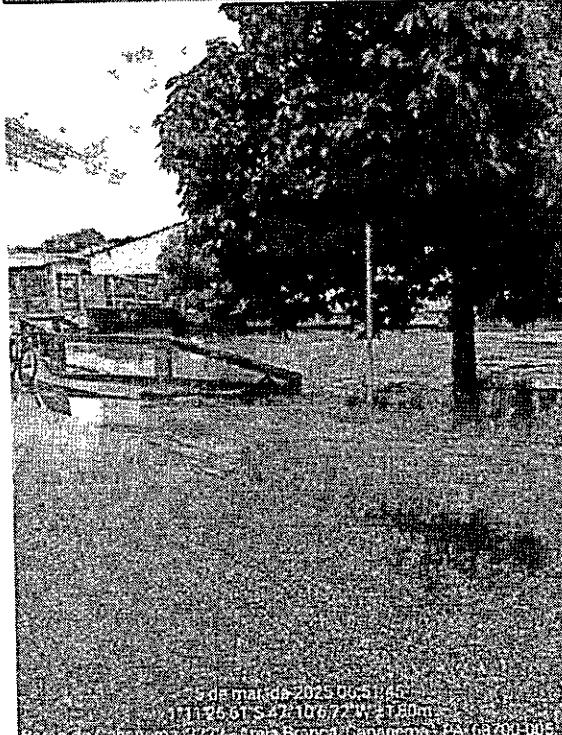
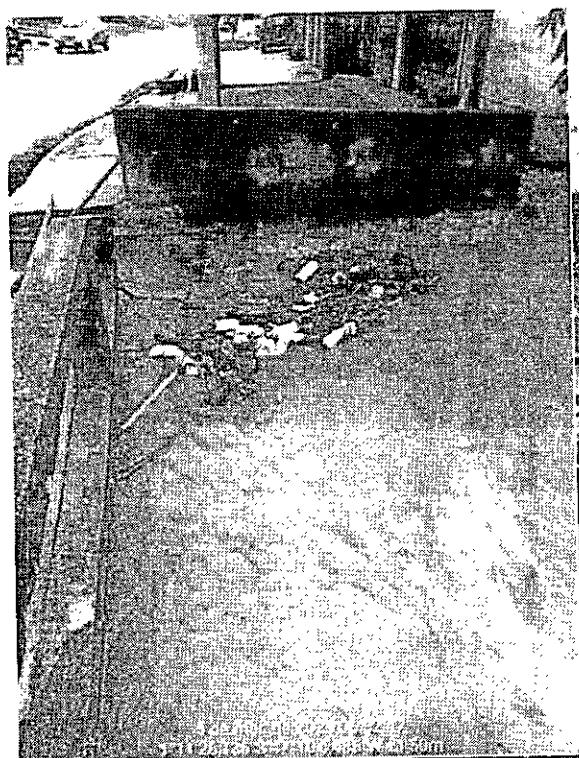
5 de mar. de 2025 07:26:30  
1°11'25,794"S 47°10'36,192"W ±2,80m  
R. 28 de Outubro, 197 - Centro, Capanema - PA, 68700-040, Brasil



5 de mar. de 2025 07:26:57  
1°11'25,772"S 47°10'36,241"W ±2,80m  
R. 28 de Outubro, 197 - Centro, Capanema - PA, 68700-040, Brasil

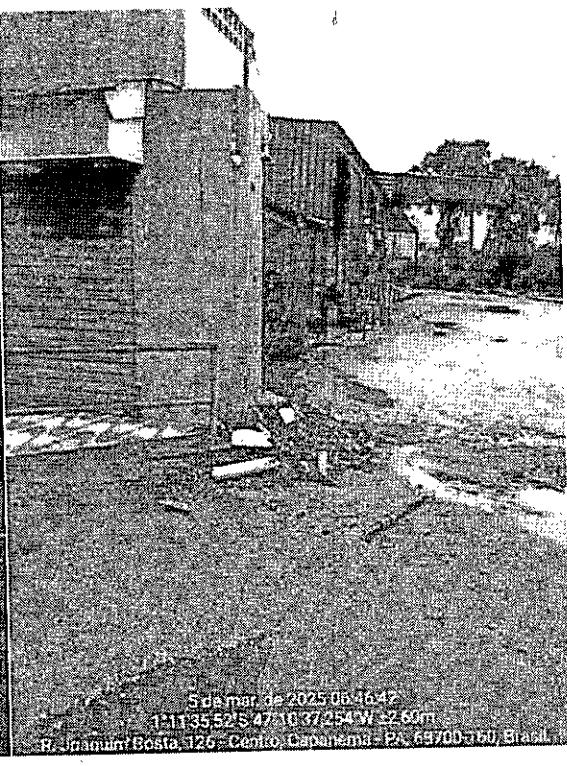








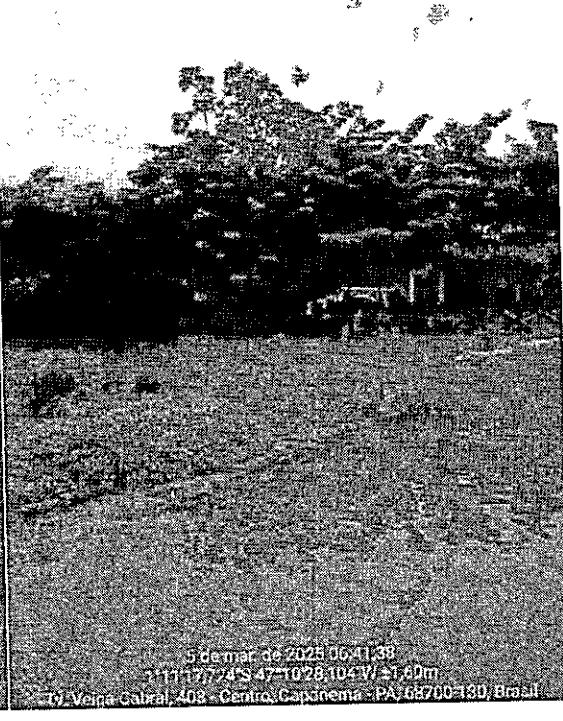
5 de mar. de 2025 06:46:38  
1°11'35.52"S 47°10'37.254"W 12.30m  
R. Joaquim Costa, 126 - Centro, Capanema - PA, 68700-160, Brasil



5 de mar. de 2025 06:46:42  
1°11'35.52"S 47°10'37.254"W 12.60m  
R. Joaquim Costa, 126 - Centro, Capanema - PA, 68700-160, Brasil



5 de mar. de 2025 06:41:40  
1°11'31.735"S 47°10'28.152"W 11.50m  
R. Venda Cabral, 408 - Centro, Capanema - PA, 68700-130, Brasil



5 de mar. de 2025 06:41:39  
1°11'31.7774"S 47°10'28.104"W 11.60m  
R. Venda Cabral, 408 - Centro, Capanema - PA, 68700-130, Brasil

